

“Foi Montenegro quem pediu à UGT uma proposta ampla”

Mário Mourão Secretário-geral da UGT

TEXTOS CÁTIA MATEUS FOTO NUNO FOX

A ministra Rosário Palma Ramalho garante que não vai “eternizar” a discussão em torno da alteração ao Código do Trabalho. Mas, para o secretário-geral da UGT, as negociações estão “numa fase muito embrionária”.

Em entrevista ao Expresso, antes de uma nova ronda de reuniões técnicas no final da semana, Mário Mourão acusa o Governo de pouca abertura ao diálogo, admitindo que o processo possa já ter um desfecho político predefinido: o Parlamento, sem acordo em concertação. Rejeitando acusações de “extremar posições”, sublinha que foi o próprio primeiro-ministro quem pediu à UGT uma proposta mais ampla do que o anteprojeto do Governo, o que desagradou à ministra. Reafirma disponibilidade para negociar, mas admite suspender o processo se a proposta da UGT não for discutida antes da reunião plenária da próxima terça-feira.

P Reuniram-se esta semana com o Governo e as confederações empresariais. Em que patamar estão as negociações?

R Avançaram pouco, estamos praticamente no início, numa fase muito embrionária do processo. Houve uma primeira ronda de reuniões técnicas, onde se analisou a proposta do Governo. A proposta da UGT ainda não foi discutida. Por isso, estranhámos a convocatória para a reunião da semana passada, que considerámos extemporânea.

P Saiu da reunião a falar de cedências, que não aconteceram até agora. Acha que surgirão?

R Uma negociação pressupõe que todas as partes cedam para encontrar pontos de aproximação em áreas onde há divergências. Se me pergunta se eu acho que acontecerá? Estou muito pessimista. Estamos no tempo das perceções, e a minha é de que o Governo não quer negociar.

O que o Governo quer mesmo é remeter a sua proposta ao Parlamento e fazer os entendimentos que quer, com os partidos que já manifestaram essa disponibilidade.

Um acordo em concertação social contribui para que no Parlamento possa haver outros entendimentos.

Mas, se não houver acordo, não há.

É uma opção do Governo.

P Nas reuniões técnicas foi possível alcançar algum entendimento?

R Em algumas matérias estivemos próximos de consensualização. Mas, aqui, a UGT faz como o Governo: ou há acordo e o que negociámos vai para a proposta final ou não há, isto cai e segue a proposta original para o Parlamento. A UGT vai tentando fazer aproximações, mas, se não houver acordo, não aceitamos as outras propostas.

P Onde é que o consenso esteve próximo?

R Em matérias que têm a ver com a questão dos contratos, num ou noutro detalhe. No outsourcing, permitindo que possa haver ali um ajustamento na norma. No banco de horas e noutras matérias, no sentido de clarificar o que está na lei. Já na revisão de questões do tempo da trióica (despedimentos, compensações por trabalho suplementar, etc.), houve um afastamento maior de posições.

P O presidente da CIP acusa a UGT de ter extremado posições. Como vê estas declarações?

R Não é verdade. Primeiro porque apresentámos uma proposta que faz aquilo a que todos nos comprometemos no último acordo tripartido: visitar matérias da legislação laboral e não apenas o anteprojeto do Governo.

Depois, porque foi o primeiro-ministro, Luís Montenegro, quem, no encontro que tivemos, pediu à UGT que apresentasse uma proposta que fosse além da do Governo, cobrindo matérias além do anteprojeto.

P Acusam também a UGT de não querer um acordo. É assim?

R A UGT sempre foi uma central de propositura, de diálogo, de concertação.

Não há nenhum acordo que me tenha recusado a assinar.

Aliás, não foi no meu tempo, mas a UGT não assinou o acordo para a Agenda para o Trabalho Digno e nem por isso deixou de dar contributos.

E não ameaçou abandonar a concertação social, ao contrário do que fizeram os empresários. Entendo esta proposta do Governo como um ajuste de contas à Agenda para o Trabalho Digno. A questão do outsourcing é um exemplo. O Governo insiste na revogação da limitação a esta norma, mas a senhora ministra, enquanto académica, não fez um parecer favorável ao outsourcing.

Chegou a dizer que era pôr um instrumento muito poderoso nas mãos dos patrões. Mudou de ideias.

P Admitiria uma modulação diferente da medida?

R Estamos abertos a encontrar pontos de entendimento, mas é preciso que a outra parte também esteja. E parece-me que não está. Uma negociação pressupõe cedências de parte a parte. Se uma das partes não estiver disponível, não vale a pena estarmos sentados à mesa. A UGT não fecha portas, mas não chegámos a falar de detalhes.

P Onde está disposto a ceder?

R Sempre dissemos que discutimos tudo o que estiver em cima da mesa.

Podemos não chegar a acordo, mas discutimos. Quero é perceber se da outra parte tudo o que está em cima da mesa também é para discutir. Podemos reajustar algumas matérias, e temos propostas no outsourcing e no banco de horas. No outsourcing, por exemplo, hoje só pode ser utilizado por empresas que tenham realizado despedimentos ao fim de 12 meses.

A MINHA PERCEÇÃO É QUE A UGT, NESTE MOMENTO, É UMA PEDRA NO SAPATO DO GOVERNO. FACILITARIA SE FOSSEMOS EMBORA

Podemos pensar neste horizonte temporal, ponderar em que sectores e em que tipo de empresas pode ser admitido. No banco de horas, não excluimos permitir que possa ser negociado com o trabalhador, se definido em negociação coletiva. Estamos disponíveis para um encontro de posições, mas tem de ser um pacote equilibrado. Uma aproximação da UGT nestas matérias tem de garantir uma aproximação do Governo e dos patrões noutras.

P Quais?

R A questão da recusa do empregador à reintegração de um trabalhador despedido de forma ilícita. Nisso não podemos ceder.

P Se as propostas da UGT não forem discutidas antes da próxima reunião plenária, faz sentido continuar a negociar?

R Julgo que não fará. Nessa situação terei de me reunir com os presidentes dos nossos sindicatos. Aliás, já o vou fazer. Nesse caso, o Governo terá de seguir o seu caminho com os patrões e a UGT tem de pensar se é o momento de ir outra vez para a rua.

Tudo estará em cima da mesa.

P Ainda acredita num acordo?

R Eu acredito sempre na possibilidade de fazermos todos um esforço para chegar a um consenso. Se me perguntar se acredito que da outra parte há essa disponibilidade? Não acredito. E, quando falo da outra parte, falo do Governo e dos patrões.

Mas bastaria falar do Governo, porque a proposta é a mesma.

P O Governo está a negociar de boa-fé ou já tem um desfecho político predeterminado?

R Essa é a minha perceção. Ao contrário daquilo que a senhora ministra pensa — que eu e José Luís Carneiro estamos sintonizados para desgastar o Governo até ao próximo Orçamento —, a minha perceção é que a UGT, neste momento, é uma pedra no sapato do Governo. Provavelmente, quereriam que a UGT dissesse: "Vamos embora." Facilitaria a vida ao Governo. Mas há esta dificuldade de a UGT ainda não ter baixado os braços e continuar disponível para a negociação.

P A UGT está mais distante do Governo agora do que no início do processo?

R Acho que sim. Acreditei que o Governo queria diálogo e um acordo na concertação social, mas o Governo distanciou-se do diálogo, do acordo e da concertação social. Não nos reunimos desde setembro.

P Há algum horizonte definido para o desfecho deste processo?

R Não. A senhora ministra tem dito que não o quer eternizar, mas a UGT também não se vai condicionar ao tempo da senhora ministra.

cmateus@expresso.impresa.pt

“Tenho saudades da CIP que assumia compromissos”

Mário Mourão aponta ao presidente da CIP, criticando as barreiras que coloca ao consenso. E admite que a confederação empresarial não quer um acordo em matéria laboral.

P Há a ideia de que a proposta do Governo é também a dos patrões. A UGT diz que não é de todos os patrões. Há uma 'fratura' entre eles?

R Há alguns empresários que não subscrevem estas medidas e já o assumiram publicamente. Mas não nos surpreendemos por não haver grande contestação da parte dos patrões ao anteprojeto do Governo.

Ele foi construído com base nos contributos das várias confederações empresariais, daí que existam poucas propostas de alteração. Aliás, às vezes parece-me que o presidente da CIP é o porta-voz do Governo para o anteprojeto, pela defesa que faz dele. Entendo esta proposta como um ajuste de contas em relação à Agenda para o Trabalho Digno.

A CIP PODE DISPENSAR QUOTAS, PORQUE TEM UM GOVERNO QUE LHE OFERECE UM PALÁCIO

P A CIP diz que as posições da UGT são irrealistas, ao defenderem que se trabalhe menos e ganhe mais.

R Acredito. Mas deixe-me dizer uma coisa sobre a CIP: o seu presidente, Armindo Monteiro, falou ao Expresso na questão das quotizações sindicais e de como a UGT dependia delas. E é verdade. Eu sei que a CIP poderá dispensar os afiliados de pagar as quotizações, porque tem sempre um Governo que lhe oferece um palácio, mas a UGT não pode.

Os sindicatos têm de viver das quotizações dos seus associados. E é por isso que temos o dever de defender os interesses daqueles que representamos.

E sobre a CIP, devo dizer que tenho saudades da CIP antiga, que assinava acordos, mas, sobretudo, da CIP que assumia compromissos.

P Armindo Monteiro também diz ter saudades da UGT antiga.

R Mas porquê? Desde que sou secretário-geral e desde que começámos a fazer acordos, quem faltou a essa chamada foi o presidente da CIP, que não assinou o acordo de rendimentos em 2023. Não foi a UGT que ficou de fora. Se houve alguém que não esteve à altura do diálogo e da concertação social foi precisamente o atual presidente da CIP.

O PRESIDENTE DA CIP JÁ FALOU EM NOME DOS PATRÕES E FICOU SOZINHO

P Está marcada uma reunião plenária para a próxima semana. O objetivo é levarem já uma proposta com os consensos que se alcancem nas reuniões técnicas?

R Não sei se teremos condições para isso. Até porque, depois de ver a entrevista do presidente da CIP ao Expresso, fiquei com a ideia de que a CIP não quer um acordo. Diz que ou é de determinada forma ou não quer. Mas também é verdade que já várias vezes o presidente da CIP falou em nome dos patrões em reuniões da concertação social e ficou sozinho, nem os líderes das outras confederações o acompanharam. A última vez foi quando anunciou que ia apresentar um documento em nome de todos e os representantes dos patrões começaram a olhar para ele porque não sabiam de nada. Ele ficou sozinho. Todos apresentaram um documento com propostas, menos a CIP, que o apresentou meses depois e porque foi por mim confrontada numa entrevista ao "Observador". Mandou por estafeta.

Portanto, acho que a CIP não quer um acordo e tem feito de tudo para que ele não seja alcançado. Mas não vamos desistir. Eu uma vez disse que só saíamos da mesa de negociações se fôssemos corridos a pontapé. Nós vamos lá estar, e se eles — patrões e Governo — quiserem desistir, desistam.

Já disse à senhora ministra que se quiser levar isto como está ao Parlamento não precisa de fazer reuniões, basta enviar um e-mail.

P Mas a CIP defende que, se não houver acordo, a UGT deve assumir essa responsabilidade.

R Se não fizermos acordo, assumiremos a responsabilidade. É sinal que não cedemos nas matérias que têm um impacto muito negativo na vida dos trabalhadores. Assumimos isso. Mas a falta de acordo é também responsabilidade daqueles que não fizeram um esforço para encontrar

consensos: o Governo, desde logo, pela forma como começou este processo, e os patrões, pelas declarações que alguns foram fazendo.